



**ACÓRDÃO Nº 225/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10980/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá – IMPAN.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6199/2016-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls.443/444).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN. Exercício de 2013.

*Irregularidade. Multa. Determinação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva**, responsável pelo Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá-IMPAN, no curso do exercício de 2013, nos termos do inciso II do art. 1º e das alíneas “b” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades elencadas na Notificação nº 29/2015 (fls. 418).
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva** no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades elencadas na Notificação nº 29/2015); Devendo ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.3. **Determinar** ao Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de



**ACÓRDÃO Nº 225/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Nhamundá - Impan, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- a) promova concurso público para provimento de pessoal necessário para a operacionalização do IMPAN;
- b) providencie livro tombo e maior controle dos bens patrimoniais;
- c) crie estrutura própria para o RPPS Nhamundá, de maneira a tornar-se independentes da Prefeitura Municipal considerando que está é uma de seus clientes;
- d) providencie a implantação do portal da Transparência, em conformidade com a LC 131/2009 e da Lei nº. 12.527/2011.

**10- Ata:** 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 14 de Março de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ALIPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral